



CERES, 50 ANOS
CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DE
EXCELÊNCIA PELA EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO NO SERIDÓ.

CERES | UERN
Centro de Ensino Superior do Seridó

Novo ensino médio potiguar: possibilidades e desafios dos professores no ensino de geografia, em Assú/RN.

Sayane de Aquino Pinheiro-UERN

sayaneaquino@alu.uern.br;

Karina Karen Vieira Da Silva-UERN

karinakaren@alu.uern.br;

Vanessa Kele Saldanha Tavares-UERN

vanessakele@alu.uern.br;

Mirrayla Campos Feitosa Lacerda-UERN

mirraylacampos@uern.br;

INTRODUÇÃO

A atual reforma do Novo Ensino Médio (NEM), surgiu em um cenário de muitas polêmicas, apesar de ter sido debatida, sua discussão não contemplou de forma significativa a participação das instituições públicas, possuindo uma expressão maior de debate entre a esfera privada. Buscando um maior destaque ao componente curricular de Geografia, que a priori será analisada com maior detalhamento, a mesma assim como as demais disciplinas da área das ciências humanas, teve sua diminuição de carga horária, que antes da reestruturação a mesma contava com duas aulas por semana e no novo cenário do ensino médio a mesma contará com apenas uma aula, ficando à mercê dos itinerários formativos e das trilhas de aprofundamento para uma discussão mais ampla sobre os assuntos que norteiam essa ciência. No caso da disciplina de Geografia, a mesma esta alocada no eixo formativo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com Filosofia, Sociologia e História.

Trazendo o debate para um recorte local, será analisado o Novo Ensino Médio Potiguar e suas eventuais mudanças curriculares, visto que o Estado Rio Grande do Norte possui o seu próprio currículo para o Ensino Médio, que é o Currículo Potiguar, que é seguido por boa parte das escolas de Ensino Médio da rede estadual. Na disciplina de Geografia, como um dos seus principais aspectos a redução da carga horária da disciplina, que dará suporte para uma discussão mais aprofundada tendo em virtude que o campo de pesquisa será a cidade de Assu/RN.

Para trazer à tona a importância da investigação desse tema, apontamos que tal implementação foi feita de forma autoritária, vista que não foi planejada ouvindo as vozes principais de todo esse processo que são, os professores e os alunos, que são os mais impactados com essas mudanças. Vale destacar que esse processo de reforma, já se inicia sua discussão desde do ano de 2014, que se baseia na realidade de outros países com o mesmo modelo de ensino.

O objetivo geral desse trabalho é analisar as possibilidades e os desafios vivenciados pelos professores no ensino de geografia, durante a implementação do novo ensino médio potiguar, na cidade de Assú/RN. E para discutir sobre os aspectos elencados, buscaremos responder alguns questionamentos sobre: Quais são as possibilidades e os desafios encontrados pelos professores no ensino de Geografia, em virtude da implementação do novo ensino médio potiguar, na cidade de Assú/RN?

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho será realizado de início, através de uma pesquisa qualitativa e exploratória, que se inicia com o levantamento bibliográfico, feito através da leitura de: artigos, teses, dossiês e dissertações. Para a escolha dos materiais que deram base a pesquisa, foram selecionados aqueles

que tinham como caráter a discussão do tema, que trazem dados mais atuais sobre a atual política pública em vigor.

Os principais autores e anos de suas publicações, utilizados para a fundamentação teórica desta pesquisa, são: Gaudêncio Frigotto (2016); Paulo Sérgio (2020); Marilda Oliveira (2019); Leonardo Almeida (2019) e Débora Quezia (2022). Os respectivos pesquisadores, se dedicaram à discussão do tema, trazendo reflexões pertinentes sobre os enclaves que norteiam esse assunto. Vistos que se baseiam em materiais mais atualizados sobre a discussão, trazendo debates que dialogam com as principais esferas e organizações educacionais na área da educação em âmbito nacional, problematizando e explicando como está se dando esse processo.

Posterior a essa etapa citada, se dará a pesquisa de cunho investigativa, que consistirá na entrevista semiestruturada com os professores de geografia das escolas de ensino médio na cidade de Assu/RN, sobre quais os desafios que os mesmos enfrentam com a reestruturação do ensino, seus impactos para a geografia, e se ao longo desse processo os mesmos conseguem destacar alguma possibilidade. Obtendo também um diálogo com o apoio pedagógico das escolas pesquisadas, buscando analisar as condições de infraestrutura das escolas que contam com esse modelo de ensino.

RESULTADOS

As discussões sobre a reforma do ensino médio, são destaque entre os assuntos mais abordados em âmbito nacional, principalmente pelas comunidades e organizações educacionais do Brasil. Como proposta do Presidente Michel Temer que teve um mandato de Governo que se iniciou no ano de 2016 e finalizado em 2018, através de uma Medida Provisória de nº 746/2016, que posteriormente de forma autoritária e seguindo princípios pautados em pressupostos neoliberais, a MP foi promulgada a partir da Lei Federal de nº 13.415/2017). Sobre essa questão, Farias irá destacar:

Nesse caso, a Lei 13.415/2017 se constitui como um dos componentes do pacote de mudanças conservadoras impostas pelo governo de Michel Temer à sociedade brasileira, especialmente à classe trabalhadora. Esse pacote recoloca o Brasil nos trilhos ortodoxos do neoliberalismo e, conseqüentemente, da globalização do capitalismo, de maneira subalterna e periférica, e, como parte dele, a educação é realinhada aos ditames do mercado, cujo exemplo é o chamado novo Ensino Médio instaurado com essa lei. (Farias, 2020, p. 2).

A reforma em vigor, constitui uma série de mudanças nos currículos nacionais, o que impactou de forma acentuada em toda estrutura organizacional do plano nacional da educação. Assim como toda a dinâmica curricular, visto que a priori foi privilegiado a obrigatoriedade de disciplinas como Matemática e Português nos 3 anos de ensino médio, entretanto, os demais componentes não foram sinalizados como obrigatórios nessa etapa da educação, deixando uma série de lacunas e pautas para debates, sobre o assunto. O que irão afirmar, os autores:

{..}o que configurará um sistema de educação integral, que deve ser estabelecido no decorrer de cinco anos; na estrutura curricular, definindo que apenas Matemática e Língua Portuguesa serão disciplinas obrigatórias nos três anos desse nível da Educação Básica (Artigo 35-A, parágrafos 30 e 40); impactos negativos na formação de alunos e prejuízos e na dos professores [...]. (Costa; Silva, 2019, p. 15).

Com essa reestruturação, teremos as disciplinas alocadas nos 4 eixos formativos, que serão: Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Assim como, a criação dos Itinerários

formativos, considerada a parte flexível do currículo. A disciplina de geografia está situada no eixo formativo de Ciências Humanas e Sociais aplicadas, que diante desse contexto, foi retirada a sua obrigatoriedade nos anos do ensino médio, assim como as demais disciplinas da área humanas, tiveram sua carga horária reduzida. Nesse modelo de ensino, do NEM, está também pautado no pressuposto de uma educação de cunho profissionalizante, que visa preparar os jovens para o mercado de trabalho, além dos itinerários formativos, que trazem a “propaganda”, de uma liberdade. O discurso de uma liberdade ao estudante de escolher qual itinerário irá cursar, tal argumento esse refutado de forma clara, visto que a escolha do mesmo irá depender das condições estruturais da escola e da secretaria de educação, então se retira essa enganosa ideia de protagonismo do estudante, uma vez que tal liberdade não é efetivada.

Sobre os itinerários formativos no documento potiguar, o mesmo estará estruturado da seguinte maneira, como exemplifica a autora Castro:

De acordo com o documento, os itinerários formativos são compostos por: Trilhas de Aprofundamento, Componentes Curriculares Eletivos, Projeto de Vida, unidades curriculares fixas (Língua Espanhola e/ou Língua Materna) e Atividades Integradoras. Sendo as Trilhas de Aproveitamento a oportunidade de os jovens verem mais dos chamados “componentes curriculares obrigatórios”, ou seja, Língua Portuguesa e Matemática. (Castro, 2022, p. 221).

Com a não obrigatoriedade de disciplinas como Geografia no currículo potiguar, e a prioridade de outros componentes, com advento da reestruturação do ensino médio, faz com que pensamos para onde estão se direcionando os rumos da educação do país como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações elencadas nos voltamos as reflexões de como tais mudanças impactam a prática do professor de geografia, visto que o mesmo teve a carga horária da sua área de formação reduzida, assim como os principais desafios enfrentados pelo mesmo nesse processo. Sendo uma proposta que não levou as contribuições e discussões dessa classe trabalhadora, fortemente impactada com esse processo. Vale descartar que tais medidas são claramente baseadas no pressuposto de um forte discurso conservador, que não se baseia em síntese na análise das condições estruturais das escolas brasileiras, sem levar em consideração as especificidades de cada lugar. Uma reforma que se baseia em sistemas educacionais de outros países, que muito pouco ou nada se condiz com a realidade das escolas brasileiras. Sendo um ataque explícito as disciplinas da área humana, pautando-se em uma ótica de cunho neoliberal

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio, Geografia, Reforma.

Referências.

- CASTRO, Débora Quézia Brito da Cunha. A contrarreforma do ensino médio no Rio Grande do Norte e as implicações para o ensino de história (2017-2021). 2022
- COSTA, Marilda de Oliveira, SILVA, Leonardo Almeida. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e o novo ensino médio sob a òtica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v.24,2019.
- FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A lei 13.415/2017 e o lugar da geografia escolar na estrutura curricular do ensino médio. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, v. 3, n. 2, 2020.